



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

BOLETIM SEMANAL

**Julgados do Tribunal de Justiça do Ceará
Publicados nos dias 12 e 13 de maio de 2026**

**1. Habeas Corpus 0623352-
85.2026.8.06.0000. Rel. Des. Francisco
Carneiro Lima.**

**Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL.
HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS.
PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS
REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTODIA
CAUTELAR. GRAVIDADE CONCRETA DO
DELITO. ELEVADA QUANTIDADE DE
ENTORPECENTES APREENDIDOS.
PERICULOSIDADE DO RÉU. INSUFICIÊNCIA
DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA
PRISÃO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.**



2. Conflito de Jurisdição 0000180-66.2026.8.06.0000. Rel(a). Des(a). Ligia Andrade de Alencar Magalhães.

Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. 4ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL E 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE. NOVA CONDENAÇÃO. JUNTADA DE GUIA EXECUTÓRIA A PROCESSO DE EXECUÇÃO ANTERIOR AINDA EM TRÂMITE. PRINCÍPIO DA UNICIDADE E INDIVISIBILIDADE DA EXECUÇÃO PENAL. PREVENÇÃO. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA NO MOMENTO DA VINCULAÇÃO DA NOVA GUIA AO PROCESSO EXECUTIVO EXISTENTE. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO SUSCITADO.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

3. Conflito de Jurisdição 0000064-60.2026.8.06.0000. Rel. Des. Mário Parente Teófilo Neto.

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. IMPUTAÇÃO EXCLUSIVA DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CLASSIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO. INSUFICIÊNCIA PARA FIXAR COMPETÊNCIA DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS. CONEXÃO PROBATÓRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. COMPETÊNCIA DA VARA DE DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

**4. Habeas Corpus 0623367-54.2026.8.06.0000.
Rel. Des. Benedito Helder Afonso Ibiapina.**

Ementa: DIREITO PENAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **TESE DE ILEGALIDADE DO FLAGRANTE POR INVASÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR MEIO DE HABEAS CORPUS. NÃO VERIFICADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL PATENTE.** TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. VIA INADEQUADA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. TESES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PREVENTIVO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. SÚMULAS Nº 52 E Nº 63, DO TJCE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

5. Agravo em Execução Penal 0013798-45.2013.8.06.0029. Rel. Des. Francisco Eduardo T. Scorsafava.

Ementa: DIREITO PENAL E EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. **LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE TODO O HISTÓRICO PRISIONAL DO APENADO. APLICAÇÃO DO TEMA 1.161 STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO DESPROVIDO.**

6. Apelação 0030911-76.2025.8.06.0001. Rel. Des. Francisco Eduardo T. Scorsafava.

Ementa: direito penal e processual penal. Apelação criminal. **Ação penal privada. Crimes contra a honra. Decadência e prescrição. Procuração genérica. Extinção da punibilidade.** Recurso conhecido e desprovido.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

7. Apelação 0228726-81.2025.8.06.0001. Rel. Des. Sérgio Luiz Arruda Parente.

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006). **BUSCA PESSOAL E INGRESSO EM DOMICÍLIO. LICITUDE.** TESES DEFENSIVAS DE NULIDADE DAS PROVAS POR AUSÊNCIA DE FUNDADA SUSPEITA E VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO REJEITADAS. **EXISTÊNCIA DE DENÚNCIA ANÔNIMA ESPECÍFICA E INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES QUE JUSTIFICAM A ABORDAGEM. IMÓVEL DESABITADO UTILIZADO PARA O TRÁFICO NÃO GOZA DA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DE ASILO INViolável.** CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA E REGIME FECHADO RATIFICADOS PELA REINCIDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

**8. Apelação 0030911-76.2025.8.06.0001.
Rel. Des. Francisco Eduardo T.
Scorsafava.**

Ementa: direito penal e processual penal. Apelação criminal. **Ação penal privada. Crimes contra a honra. Decadência e prescrição. Procuração genérica. Extinção da punibilidade.** Recurso conhecido e desprovido.

**9. Mandado de Segurança 0000202-
27.2026.8.06.0000. Rel. Des. Francisco Eduardo T.
Scorsafava.**

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO PROCESSUAL PENAL. **ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. LEI Nº 13.964/2019 (PACOTE ANTICRIME).** ART. 28, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. **AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO À VÍTIMA. VIOLAÇÃO AO DEVER DE CIENTIFICAÇÃO PARA FINS DE REVISÃO MINISTERIAL.** TERATOLOGIA PROCEDIMENTAL. PRECEDENTES. SEGURANÇA CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

**10. Agravo em Execução Penal
0043652-58.2013.8.06.0167. Rel(a).
Des(a). Maria Edna Martins.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. **COMUTAÇÃO DE PENA.** DECRETO Nº 11.846/2023. AUSÊNCIA DE **REQUISITO SUBJETIVO. PRÁTICA DE NOVO CRIME NO CURSO DA EXECUÇÃO. FALTA GRAVE. DESNECESSIDADE DE TRÂNSITO EM JULGADO.** SÚMULA 526 DO STJ. TEMA 758 DO STF. ABANDONO DO CUMPRIMENTO DA PENA. SITUAÇÃO DE FUGA. IMPEDIMENTO À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

11. Agravo em Execução Penal 0013219-79.2016.8.06.0001. Rel(a). Des(a). Andréa Mendes Bezerra Delfino.

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO DA PENA. **REGIME SEMIABERTO HARMONIZADO. PRISÃO DOMICILIAR COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO.** AUSÊNCIA DE VAGAS EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. SÚMULA VINCULANTE Nº 56 DO STF. RE641.320/RS. **SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DOS REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO DESPROVIDO.**



12. Apelação 0008169-97.2017.8.06.0143.

Rel. Des. Francisco Eduardo T. Scorsafava.

Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE ROUBO MAJORADO (ART. 157, § 2º, II, C/C ART. 14, II, DO CÓDIGO PENAL). 1. **PLEITO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. POSSIBILIDADE. ADMISSÃO DOS FATOS NA FASE INQUISITORIAL. DIREITO SUBJETIVO DO RÉU, AINDA QUE HAJA POSTERIOR RETRATAÇÃO EM JUÍZO.** 2. **SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO AQUÉM DO PISO NORMATIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 231 DO STJ.** 3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA DEFENSOR DATIVO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO PARA 10 UADS. INDEFERIMENTO. ATUAÇÃO EM ATO PROCESSUAL ISOLADO(MEMORIAIS). SUCESSÃO DE QUATRO DEFENSORES AO LONGO DA INSTRUÇÃO. VALOR DE 5 UADS QUE SE MOSTRA PROPORCIONAL E ADEQUADO. 4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, SEM ALTERAÇÃO NO QUANTUM DA PENA.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

13. Habeas Corpus 0623748-62.2026.8.06.0000. Rel(a). Des(a). Vanja Fontenele Pontes.

Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANÇAMENTO DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. **CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E BIS IN IDEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT.**

14. Apelação 0201317-09.2023.8.06.0064 Rel(a). Des(a). Ângela Teresa Gondim C. Chaves.

Ementa: PROCESSUAL PENAL E CONSTITUCIONAL. **APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES. RESTITUIÇÃO DE VEÍCULO APREENDIDO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

**15. Habeas Corpus 0623019-36.2026.8.06.0000.
Rel(a). Des(a). Ângela Teresa Gondim C.
Chaves.**

Ementa: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. LESÃO CORPORAL. DISPUTA ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS. PRISÃO PREVENTIVA APÓS REPRESENTAÇÃO. 1. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE FUGA. 2. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA ESTATAL. 3. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS INSUFICIENTES. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.